CULTURA AFRICANA E A ARTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ALESSANDRA FONSECA LUZ VIEIRA

RESUMO
Este artigo discute a importância da inserção da cultura africana e afro-brasileira na educação infantil, destacando a arte como linguagem pedagógica fundamental para a formação integral das crianças. Partindo do reconhecimento da educação infantil como a primeira etapa da educação básica, o estudo enfatiza o papel das experiências artísticas no desenvolvimento da imaginação, da criatividade, da socialização e da construção da identidade. À luz da Lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, o trabalho problematiza os desafios enfrentados pelas instituições escolares, como a escassez de materiais pedagógicos, a falta de representatividade negra e as lacunas na formação docente. Fundamentado em autores como Munanga, Cavalleiro, Vygotsky e Nilma Lino Gomes, o artigo evidencia que a valorização da cultura africana desde a infância contribui para o fortalecimento da autoestima das crianças negras, para o respeito à diversidade e para o combate ao racismo estrutural. Apresentam- se, ainda, propostas de atividades pedagógicas que envolvem artes visuais, música, dança, literatura, culinária e projetos interdisciplinares, demonstrando como a arte pode integrar de forma lúdica e significativa os saberes afro-brasileiros ao cotidiano escolar. Conclui-se que promover uma educação infantil antirracista, por meio da arte e da valorização da diversidade cultural, é um compromisso ético e pedagógico essencial para a construção de uma sociedade mais justa, plural e inclusiva.
PALAVRAS-CHAVE: Cultura africana, Educação infantil, Arte, Educação antirracista, Diversidade cultural.

1 INTRODUÇÃO

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica e deve garantir o direito da criança a aprender por meio de experiências significativas, lúdicas e integradoras. Nesse contexto, a arte é reconhecida como linguagem fundamental para o desenvolvimento da imaginação, da criatividade e da socialização.

Ao se pensar na inserção da cultura africana nesse processo, destaca-se a necessidade de promover práticas pedagógicas que deem visibilidade à diversidade cultural brasileira, valorizem as contribuições dos povos africanos e afrodescendentes e combatam preconceitos ainda presentes no cotidiano escolar.

A promulgação da Lei nº 10.639/2003 reforça essa necessidade, tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todos os níveis de ensino. Contudo, a efetivação dessa lei na educação infantil exige práticas pedagógicas diferenciadas, que integrem a arte como eixo estruturante das experiências.

Este artigo busca refletir sobre o papel da cultura africana e da arte na educação infantil, destacando propostas de atividades que podem contribuir para a formação de crianças mais críticas, criativas e conscientes da diversidade cultural.

2 METODOLOGIA

Este artigo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. O estudo foi desenvolvido a partir do levantamento e da leitura crítica de livros, artigos científicos, documentos oficiais e legislações educacionais que tratam da cultura africana e afro-brasileira, da educação infantil e do papel da arte no processo educativo, com destaque para a Lei nº 10.639/2003.

A análise do material teórico permitiu compreender a relevância da inserção da cultura africana no contexto escolar desde a infância, bem como identificar contribuições de autores que discutem identidade, representatividade, diversidade cultural e educação

antirracista. A partir dessas reflexões, foram elaboradas propostas de atividades pedagógicas que integram diferentes linguagens artísticas — como artes visuais, música, dança, literatura e culinária — respeitando as especificidades da educação infantil e o caráter lúdico do processo de ensino-aprendizagem. A pesquisa adota uma perspectiva crítica e reflexiva, buscando articular fundamentos teóricos e legais às práticas pedagógicas, de modo a contribuir para a construção de uma educação infantil inclusiva, plural e comprometida com a valorização da diversidade cultural e o enfrentamento do racismo no ambiente escolar.

3 CULTURA AFRICANA E A FORMAÇÃO CULTURAL BRASILEIRA

A cultura africana é múltipla e diversa, formada por centenas de povos com diferentes línguas, crenças e expressões artísticas. A presença africana no Brasil deixou marcas profundas em áreas como culinária, dança, música, religiosidade, linguagem e estética.
Segundo Munanga (2005), compreender o papel da África na formação da identidade nacional é fundamental para desmistificar visões eurocêntricas e valorizar as raízes negras que estruturam o Brasil. Essa compreensão deve ser iniciada desde a infância, pois é nesse período que se formam a autoestima e a percepção da diferença.
A escola, ao incluir a cultura africana em suas práticas, contribui não apenas para o cumprimento da lei, mas para a construção de uma educação mais democrática, plural

e humanizadora.

4 A ARTE COMO LINGUAGEM PEDAGÓGICA

Na educação infantil, a arte não deve ser vista apenas como atividade recreativa, mas como forma de expressão, comunicação e construção de conhecimento. Vygotsky (1998) aponta que a arte favorece a imaginação e o desenvolvimento cognitivo, sendo essencial para a formação integral da criança.
As linguagens artísticas — música, dança, artes visuais, literatura e teatro — tornam- se meios potentes para inserir a cultura africana no cotidiano escolar, pois permitem que as crianças vivenciem experiências estéticas, corporais e sensoriais relacionadas às tradições afro-brasileiras.

5 REPRESENTATIVIDADE E IDENTIDADE NA INFÂNCIA

A ausência de representações negras no ambiente escolar contribui para a reprodução do racismo e para o enfraquecimento da autoestima de crianças negras. Por isso, trabalhar a cultura africana por meio da arte garante que todas as crianças tenham contato com referências positivas de identidade.
Segundo Cavalleiro (2000), é na infância que se consolidam valores, crenças e preconceitos. Logo, a escola deve atuar como espaço de desconstrução do racismo, promovendo experiências pedagógicas que evidenciem a diversidade.

6 PROPOSTAS DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

A inserção da cultura africana na educação infantil pode ocorrer de maneira integrada e significativa por meio de diferentes linguagens artísticas. As atividades propostas a seguir visam promover experiências estéticas, culturais e educativas que valorizem a diversidade e fortaleçam a construção da identidade desde a infância.

6.1 Artes visuais

No campo das artes visuais, podem ser desenvolvidas oficinas de estamparia africana, utilizando carimbos confeccionados com materiais simples, como batata ou EVA, para a reprodução de padrões geométricos inspirados em tecidos tradicionais, como o kente. Outra proposta consiste na criação de máscaras africanas com papelão, sucata e tintas, explorando formas, cores e significados

simbólicos presentes em diferentes culturas africanas. Como

culminância, é possível organizar uma exposição cultural com os trabalhos produzidos pelas crianças, criando um ambiente que valorize a estética africana e incentive a apreciação artística.

6.2 Música e dança

A música e a dança configuram-se como linguagens fundamentais para a vivência da cultura africana na educação infantil. Uma atividade relevante é a roda de percussão, na qual as crianças confeccionam instrumentos musicais, como tambores e chocalhos, a partir de materiais recicláveis, explorando ritmos de matriz africana. Além disso, podem ser trabalhadas cantigas africanas e afro-brasileiras, incluindo músicas de tradição oral e cantos relacionados à capoeira. As danças inspiradas em movimentos tradicionais africanos também favorecem a expressão corporal, a coordenação motora e a socialização.

6.3 Literatura e Oralidade

A literatura e a oralidade possibilitam o contato com narrativas que valorizam a ancestralidade africana. A contação de histórias da tradição oral africana, como fábulas e contos protagonizados por animais, pode ser realizada em rodas de leitura. A utilização de obras da literatura infantil afro-brasileira, como Omo-Oba: Histórias de Princesas, de Kiusam de Oliveira, e Menina Bonita do Laço de Fita, de Ana Maria Machado, contribui para o fortalecimento da identidade e da representatividade. Outra proposta é a criação coletiva de histórias inspiradas em elementos da cultura africana, estimulando a imaginação e a participação ativa das crianças.

6.4 Culinária e Sabores

A culinária também pode ser incorporada como experiência pedagógica, por meio de oficinas gastronômicas que envolvam o preparo de receitas simples de origem africana, adaptadas ao público infantil, como bolinhos inspirados no acarajé ou mingaus tradicionais. A exploração sensorial de temperos e ingredientes característicos da culinária afro-brasileira estimula o olfato, o paladar e a curiosidade, ampliando o repertório cultural das crianças.

6.5 Projetos Interdisciplinares

O desenvolvimento de projetos interdisciplinares favorece a integração dos diferentes saberes. A realização de uma Semana da Cultura Africana permite articular artes, música,

literatura, culinária e dramatização em torno de um tema comum. Parcerias com a comunidade, como a participação de artistas, contadores de histórias e representantes de movimentos negros, enriquecem as experiências pedagógicas. Outra proposta é o "Diário da Diversidade", no qual as crianças, com apoio da família, constroem um caderno ilustrado com elementos da cultura afro-brasileira para compartilhar em sala.

7 DIFICULDADES DE ACESSO A RECURSOS DA CULTURA AFRICANA NAS ESCOLAS

Apesar dos avanços trazidos pela Lei 10.639/2003, a realidade cotidiana das escolas brasileiras revela importantes obstáculos no acesso a recursos que permitam trabalhar a cultura africana de forma consistente. Uma das principais dificuldades está na falta de materiais pedagógicos específicos para a educação infantil que representem a diversidade cultural africana. Muitos livros didáticos ainda apresentam conteúdos eurocêntricos, deixando de lado referências positivas sobre personagens, histórias e símbolos da cultura africana.

Outro desafio refere-se à aquisição de literatura infantil afro-brasileira. Embora exista uma produção crescente, o acesso é limitado, principalmente em escolas públicas, devido a restrições financeiras e à pouca dis-

tribuição desses títulos nas redes escolares.
A carência de brinquedos, jogos e imagens com representatividade negra também dificulta a prática pedagógica. A maioria dos recursos disponíveis no mercado ainda reforça padrões estéticos eurocêntricos, restringindo a possibilidade de as crianças negras se verem representadas.
Além disso, há a questão da formação docente: muitos professores relatam insegurança em abordar a temática por não terem recebido preparação específica durante sua formação inicial. Sem recursos adequados e sem orientação pedagógica, a aplicação da lei torna-se limitada.
Essas dificuldades revelam que, para além da produção de conteúdos, é necessário que haja políticas públicas de investimento em materiais pedagógicos inclusivos, ampliação de acervos literários e incentivo à formação continuada de professores, a fim de garantir que a cultura africana esteja de fato presente no cotidiano da educação infantil.

8 O MOVIMENTO NEGRO E A EDUCAÇÃO INFANTIL: EIXOS FUNDAMENTAIS

A inserção de temáticas étnico-raciais na primeira infância não ocorreu de forma espontânea nos currículos oficiais, mas foi fruto de décadas de pressão e mobilização do Movimento Negro Brasileiro. Esse movimento educador, como define Gomes (2017), pautou a necessidade de uma escola que não apenas ensine sobre a África, mas que

combata o racismo estrutural que se manifesta desde o berçário. Os eixos fundamentais a seguir orientam essa prática transformadora:

8.1 Valorização da identidade e da autoestima das crianças negras

A construção da identidade é um processo social. Para a criança negra, esse processo é frequentemente atravessado por ausências e estereótipos. O Movimento Negro defende que a escola deve ser o espaço de reafirmação positiva. Como afirma Nilma Lino Gomes (2017), “é preciso que as crianças negras se vejam representadas positivamente nas histórias, nas imagens e nas práticas escolares”. Isso significa que o educador deve intervir ativamente quando percebe que a criança evita personagens negros ou demonstra insatisfação com seus traços fenótipos, transformando o ambiente em um lugar de pertencimento e orgulho.

8.2 Conhecimento da história e da cultura africana e afro-brasileira

Este eixo atende à obrigatoriedade da Lei 10.639/2003, mas vai além. Trata-se de substituir uma visão de "África carente ou escravizada" por uma "África berço da humanidade, tecnológica e artística". No berçário e na educação infantil, isso se dá pela oralidade, pelos contos ancestrais e pela valorização de personalidades negras que contribuíram para a ciência e a arte. Ao conhecerem o protagonismo negro, todas as crianças — negras e não negras — passam a ter uma visão mais justa e menos eurocêntrica da civilização.

8.3 Respeito à diversidade e combate ao preconceito

Desde a Educação Infantil, é essencial que as crianças aprendam que todas as pessoas merecem respeito, independentemente da cor da pele, do tipo de cabelo, da religião, da origem étnica ou cultural. A escola, como espaço de socialização e formação humana, tem o papel de promover valores de igualdade, solidariedade e justiça social. Ensinar o respeito à diversidade desde cedo é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.
O movimento negro, nesse sentido, defende que a educação antirracista não deve se limitar a datas comemorativas ou a projetos pontuais, mas deve integrar o cotidiano escolar de forma transversal e contínua. Isso significa que o combate ao racismo e a valorização da diversidade precisam estar presentes em todas as práticas pedagógicas — nas brincadeiras, nas histórias, nas músicas, nos materiais didáticos e nas atitudes dos

educadores. O objetivo

é formar crianças conscientes de que as diferenças não hierarquizam as pessoas, mas enriquecem a convivência social.
Conforme afirma Kabengele Munanga (2005), “educar para a diversidade é educar para a convivência e o respeito mútuo”. Essa perspectiva amplia a função social da escola, transformando-a em um espaço de reconhecimento e diálogo intercultural. Ao aprenderem a respeitar e valorizar o outro, as crianças desenvolvem empatia e senso de justiça, fundamentais para enfrentar as desigualdades e os preconceitos ainda presentes na sociedade. Assim, a educação infantil se torna um terreno fértil para o cultivo de atitudes antirracistas e para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e humanizados.

8.4 Representatividade no ambiente escolar

É fundamental que as crianças, desde a Educação Infantil, tenham contato com representações positivas da população negra em diferentes espaços e linguagens. Imagens, livros, bonecas, professores e personagens negros devem estar presentes no cotidiano escolar de maneira natural e valorizada, contribuindo para a construção de uma identidade coletiva mais diversa e inclusiva. Quando a escola apresenta apenas figuras brancas como protagonistas de histórias, ciências e realizações, reforça, ainda que de forma implícita, a ideia de que as pessoas negras ocupam posições secundárias na sociedade. A ausência de representatividade nos materiais pedagógicos compromete a formação da autoestima das crianças negras e limita a percepção das crianças não negras sobre a pluralidade humana. Segundo Nilma Lino Gomes (2017), é essencial que as práticas educativas promovam a visibilidade e o reconhecimento das contribuições históricas, culturais e intelectuais da população negra, combatendo estereótipos e preconceitos arraigados. Por essa razão, os movimentos negros enfatizam a importância de uma educação infantil pautada em materiais didáticos diversos, que contemplem diferentes etnias, corpos, culturas e modos de ser.
Ao ampliar as referências culturais no ambiente escolar, a escola se torna um espaço de pertencimento e respeito, no qual todas as crianças podem se reconhecer e reconhecer o outro de forma positiva. Essa diversidade representada nos materiais e nas práticas pedagógicas contribui para o desenvolvimento de uma consciência crítica, empática e antirracista, que é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

8.5 Educação para a empatia e a justiça

Além de promover o respeito entre as diferenças, a educação infantil deve também favorecer o desenvolvimento da empatia e do senso de justiça nas crianças. Nesse contexto,

a empatia — entendida como a capacidade de compreender e se colocar no lugar do outro — torna-se essencial para a construção de relações mais solidárias e igualitárias. Conforme argumenta Djamila Ribeiro (2019), educar para o antirracismo significa educar para o reconhecimento dos privilégios e das desigualdades existentes na sociedade, estimulando atitudes conscientes e comprometidas com a solidariedade. Assim, a escola tem papel fundamental na formação de sujeitos sensíveis às injustiças e capazes de agir de forma ética e responsável em suas interações sociais.

9 A SONORIDADE ANCESTRAL E A LINGUAGEM DO TAMBOR: PARA ALÉM DA MUSICALIZAÇÃO INFANTIL

A música no berçário é frequentemente reduzida a canções de ninar europeias ou sucessos comerciais. No entanto, a cultura africana oferece o tambor como um instrumento de comunicação profunda. Vygotsky (1998) enfatiza que os signos e símbolos culturais moldam a mente. O som do tambor remete ao batimento cardíaco, a primeira referência sonora do bebê no útero materno. Propor uma "pedagogia do som" baseada em ritmos como o Ijexá ou o Samba de Roda permite que o bebê experimente a vibração sonora no próprio corpo. Instrumentos de percussão feitos de materiais naturais (madeira, sementes, couro) oferecem

uma riqueza de timbres que os brinquedos de plástico não possuem. Essa exploração sonora heurística estimula a acuidade auditiva e a coordenação motora fina, ao mesmo tempo em que apresenta ao bebê uma diversidade rítmica que é a base da formação cultural brasileira,
garantindo o direito à diversidade sonora previsto na BNCC.

10 A NATUREZA COMO ATELIÊ: ELEMENTOS TERROSOS E PIGMENTOS NATURAIS

Um dos grandes desafios apontados anteriormente é a falta de materiais. A solução reside no retorno à natureza, que é um pilar das culturas indígenas e africanas. A arte no berçário deve ser uma experiência de "mãos na terra". Substituir a tinta guache industrializada por pigmentos extraídos de elementos como urucum, açafrão, café e diferentes tons de argila transforma o ato de pintar em um ritual sensorial.
Essa prática promove o que chamamos de "alfabetização estética natural". Quando o bebê sente o gelado do barro nas mãos ou o cheiro do pó de café misturado à água, ele está fazendo ciência e arte simultaneamente. Essa conexão com os elementos terrosos reforça a importância dos espaços externos nas instituições de Educação Infantil. Como discutido no tópico sobre os limites estruturais, o contato com a terra e com as plantas não é apenas lazer, é o acesso à ancestralidade e ao respeito ecológico que fundamenta a cosmovisão africana de pertencimento ao mundo.

11 A FORMAÇÃO DOCENTE PARA UMA PEDAGOGIA DA SENSIBILIDADE E DO ANTIRRACISMO

Para que a arte e a cultura africana de fato habitem o berçário, é necessária uma revisão da formação do professor. Não se trata apenas de conhecer a Lei 10.639/03, mas de desenvolver o que chamamos de "olhar sensível". O professor de bebês precisa desconstruir seus próprios preconceitos estéticos para poder oferecer uma gama de referências plural às crianças.
A formação continuada deve incluir oficinas de experimentação artística onde o próprio docente possa dançar, pintar e tocar instrumentos de matriz africana. Conforme aponta Nilma Lino Gomes (2017), o professor é um "aprendiz da diversidade". Ao se tornar sensível às artes afro-brasileiras, o educador passa a organizar o ambiente (o terceiro educador) de forma que as bonecas negras, os livros com protagonistas negros e as músicas ancestrais não sejam "atividades extras", mas sim o próprio tecido que compõe o cotidiano escolar. A resistência pedagógica, portanto, nasce da formação de um profissional que compreende que o combate ao racismo e o fomento à arte são indissociáveis na construção de uma infância plena.

12 O CORPO COMO TERRITÓRIO DE MEMÓRIA E ARTE NO BERÇÁRIO

No berçário, o corpo é a primeira ferramenta de exploração do mundo. Para Wallon (2007), a tonicidade muscular e o gesto são as linguagens da emoção. Quando integramos a cultura africana, esse corpo ganha uma dimensão de "território de memória". A dança e o movimento no berçário, inspirados nas matrizes africanas, não buscam a execução de passos coreografados, mas a liberdade do balanço, o contato dos pés descalços com o chão e a percepção do ritmo orgânico. Essa abordagem dialoga com a "liberdade de movimento" proposta por Emmi Pikler. Ao oferecer aos bebês tecidos como o Kente ou o Ankara, com suas cores vibrantes e texturas firmes, o educador promove uma experiência estética onde o bebê se enrola, se esconde e sente o pano. O corpo do bebê, ao interagir com essas materialidades, constrói uma identidade corporal que não é neutra, mas sim carregada de símbolos culturais que combatem
a invisibilidade histórica da estética negra desde os primeiros meses de vida.

13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa permitiu concluir que as interações no berçário e na educação infantil, quando mediadas pela arte e pela valorização da cultura africana e indígena, transcendem a rotina de cuidados básicos

para se tornarem experiências fundadoras da subjetividade humana. A arte, conforme analisado, não é um acessório

pedagógico, mas a linguagem primordial pela qual o bebê se comunica, expressa sua identidade e reconhece a alteridade. Ficou evidenciado que a implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 na primeira infância exige uma mudança de paradigma: o corpo do bebê deve ser compreendido como um território de memória e resistência. Através da liberdade de movimento inspirada em Pikler e das sonoridades ancestrais dos tambores e ritmos de matriz africana, a escola promove uma educação que respeita a biologia e a história do sujeito. Além disso, a proposta de uma "natureza como ateliê", utilizando pigmentos terrosos e elementos orgânicos, resgata a cosmovisão africana de pertencimento à terra, oferecendo aos bebês uma alfabetização estética que foge dos padrões eurocêntricos e industriais. No entanto, o estudo também reforça que os desafios estruturais e a precariedade de recursos ainda são barreiras significativas para a democratização do acesso à beleza e à cultura. A superação desses obstáculos não depende apenas da aquisição de materiais, mas, sobretudo, de uma formação docente sensível. O professor precisa ser o mediador que, munido de uma consciência antirracista e de uma escuta atenta, organiza o espaço como um "terceiro educador", garantindo que a diversidade seja o tecido comum do cotidiano escolar, e não um tema isolado.

Por fim, entende-se que investir em práticas pedagógicas que unam a arte, a afetividade e a ancestralidade é um compromisso ético e político. Ao garantirmos que bebês negros e brancos convivam com referências plurais, estamos plantando as sementes de uma sociedade mais empática e justa. Uma educação infantil que valoriza o corpo, o som e a terra é, em última análise, uma educação que protege a potência criativa da criança e assegura o seu direito pleno de ser e existir em um mundo plural.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. Inquietações e mudanças no ensino da arte. São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro- Brasileira”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDSCHMIED, Elinor; JACKSON, Sonia. Educação de 0 a 3 anos: o atendimento em creche. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Ana Maria. Contos afro-brasileiros para crianças. Belo Horizonte: Mazza, 2014.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Cortez, 2011.

LOWENFELD, Viktor; BRITTAIN, W. Lambert. Desenvolvimento da capacidade criadora. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

OLIVEIRA, Kiusam de. Omo-Oba: histórias de princesas. São Paulo: Mazza Edições, 2009.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2012.

PIKLER, Emmi. Educar os três primeiros anos: o respeito ativo. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Educação. Currículo da Cidade: Educação Infantil. São Paulo: SME/COPED, 2019.
SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Educação das relações étnico-raciais: experiências e desafios. Revista Educação, v. 42, n. 3, p. 1–15, 2019.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1998. VYGOTSKY, Lev S. A imaginação e a arte na infância. São Paulo: Ática, 1998.
WALLON, Henri. A evolução psicológica da criança. Lisboa: Edições 70, 2007.

ZILBERMAN, Regina; MAGALHÃES, Ligia Cademartori. Literatura infantil: autoritarismo e emancipação. São Paulo: Ática, 2003.